

Os Valores¹ (1ª Parte)

I- Introdução: os significados do termo “ética”

Considere as seguintes frases:

1. Na ética japonesa, o suicídio é considerado uma atitude digna.
2. Sem Deus não há ética.
3. O aborto não é ético.
4. Na ética da Aristóteles a ideia de virtude é central, já na ética de Kant a ideia de lei ocupa o lugar mais importante.
5. A ética varia conforme as sociedades.
6. O Coringa carece de ética.
7. A ética se origina dos nossos sentimentos, não de nossa racionalidade.

Antes de continuar a leitura deste texto, faça o seguinte exercício:

- A) Procure identificar em que sentido o termo “ética” está sendo usado em cada uma das frases acima.
- B) Agrupe as frases que estão usando o termo no mesmo sentido.

Vamos agora conferir o resultado de seu trabalho.

Na frase 1, “ética japonesa” refere-se ao sistema de normas e de valores que dirigem a sociedade dos japoneses, assim “ética” quer dizer o que é estabelecido como correto ou incorreto em determinada sociedade ou cultura. A frase 5 pode ser lida desta maneira, ou seja, afirma que o “sistema de normas” varia com a sociedade (Vamos chamar este conjunto de conjunto X).

Já na frase 2, “ética” quer dizer “noção de certo e de errado” ou “ideia do bem e do mal”. Este é o sentido que pode ter também a frase 7. A frase 5, embora já pertença ao conjunto X, pode ser incluída também neste conjunto (conjunto Y).

Já nas frases 3 e 6, o termo “ético” quer dizer “correto”, “bom” ou “moralmente aceitável” (conjunto Z).

Na frase 4, temos que “ética” significa um sistema filosófico de reflexão sobre a experiência da moralidade, sobre o que é certo ou errado, bom ou mal.

Este pequeno exercício objetivou mostrar que o termo “ética” pode ter muitos sentidos, o que se relaciona à própria complexidade do tema. Se a sua divisão não ficou exatamente igual à que apresentamos acima, não quer dizer, necessariamente, que você esteja errado: você pode ter interpretado os termos por outro ângulo.

C) Releia as frases acima e substitua o termo “ética” pelo termo “moral”. Houve mudança de sentido das frases?

Podemos notar que, em geral, as frases continuam tendo o mesmo sentido, quer usemos o termo “ética”, quer usemos o termo “moral”. Isto se explica porque a língua portuguesa e outras várias outras línguas, herdaram um dos termos do grego (ética vem do grego *éthos*) e o outro do latim (moral vem de *morus*) e ambos se referem aos costumes e maneiras de viver. Alguns filósofos modernos e contemporâneos propõem que se distinga *ética de moral*, de modo a que cada um destes termos se refira a uma dimensão da experiência da moralidade. Por exemplo: há aqueles que propõem que “moral” se refira à moral vivida, aos costumes e leis estabelecidos; já “ética” se referiria à reflexão filosófica sobre a moral, perguntando por seus fundamentos e por sua justificação, ou seja, a “ética” pode fazer a crítica da moral. Outros utilizam “moral” para falar da experiência subjetiva e “ética” para referir-se à vida moral em comunidade. Estas distinções são legítimas e muitas vezes úteis para organização do pensamento, mas o importante é registrar que são apenas estratégias para a análise da questão, e que nenhuma delas é universalmente aceita ou utilizada.

A primeira aproximação que fizemos do termo “ética” mostrou que o campo da ética, ou da moral, tem a ver com as regras e os valores dos seres humanos, logo, com aquilo que é considerado certo e errado, bom

e mau e também com a ideia de que uma coisa pode valer mais do que outra, ser mais importante do que outra. O ser humano é um ser moral, ou seja, em qualquer sociedade em que viva, tem uma noção do certo e do errado, do permitido e do proibido, do mais e do menos valioso ou importante. Esta seria uma primeira dimensão da ética ou da moral, que se encontra na própria experiência vivida. Muitas perguntas podem surgir a partir desta experiência: O que faz com que um costume, regra ou ação sejam bons ou maus? De onde vem a noção de bem e de mal? A moral é uma questão de sentimento ou de racionalidade? Existe algo que seja um bem acima de todos os outros bens? Temos razão em aceitar os costumes de nossa sociedade? As noções de certo e de errado são universais ou relativas aos costumes? Como devemos viver? Ao fazer estas questões, estamos na segunda dimensão da ética, a dimensão propriamente filosófica (filosofia moral), ou seja, estamos refletindo sobre a moral vivida e procurando compreendê-la e fundamentá-la. Estas são algumas das questões que os filósofos buscaram responder. [...]

A ética diz respeito ao valor que as coisas têm para nós. [...]

II- O campo da ação

A ética está fundamentalmente relacionada com as escolhas. Desde os filósofos antigos, já se distinguia entre o domínio da *physis* (ou natureza) e o domínio do *ethos* (ou do costume). [...] Como dizia Aristóteles (384-322 a.C.), a natureza é o domínio do que é, do que acontece, e acontece necessariamente e independentemente de nós. Assim, o Sol faz com que a água evapore e “matéria atrai matéria na proporção direta das suas massas e na proporção inversa da distância entre elas”, conforme expressa a lei da gravitação universal. Estes fatos não dependem de nós. Podemos até vencer a força da gravidade fabricando um avião, mas não podemos alterar o fato de que matéria atrai matéria da maneira acima. O conhecimento das coisas que não dependem de nós é um conhecimento teórico.

Outros acontecimentos, porém, não existem de forma necessária, mas dependem do ser humano: podem ser ou não ser. Chamamos a estes acontecimentos de contingentes. Isto pode ser dito de todos os objetos fabricados pelo ser humano (edifícios, cidades, canções), mas também das leis de um país, de uma guerra ou da escolha de uma profissão ou de um modo de vida. Ora, no caso das coisas que dependem de nós, que podem ser ou não ser, que podem acontecer ou não, ou seja, que dependem da ação e da escolha do homem coloca-se a questão: isto deve ser feito? Como devemos agir? Como nos lembra Aristóteles, quando estas questões dizem respeito não apenas a decisões técnicas (como devemos fazer para construir um prédio, por exemplo), mas a decisões que envolvem a vida humana como um todo (o que é uma vida boa e justa e o que devemos fazer para viver esta vida) estamos no domínio da ética ou da *práxis*. Aqui precisamos não só de um saber teórico, mas de uma *sabedoria prática*, um *saber agir*.

Em outras palavras, se há coisas que não são necessárias, mas que dependem da ação e da escolha humana, cabe então a pergunta: Devo fazer isto ou aquilo? Que ideias devem dirigir minha ação? A ética, desde os antigos, é um saber que pretende orientar a ação humana e apresentar razões e justificativas para o agir. Nestas *justificativas* está sempre presente uma *noção de bem*: devo fazer X porque X é bom. Isto significa que nossa ação é dirigida por valores, pelo que consideramos bom ou mau, certo ou errado. De forma que a questão “o que é bom?” ou “o que é o bem?” seja talvez a questão central de toda ética. Os filósofos no passado apresentaram diferentes respostas para ela e o debate continua ainda hoje. [...]

[...] lembramos que chamamos o tipo de saber da ética de *saber normativo*, quer dizer, um saber que pretende apresentar normas e direções para a ação, baseadas em uma concepção de bem ou de valor. Em comparação com ele, o saber da ciência, por exemplo, é um *saber descritivo*, pois apenas nos diz como as coisas são.

[...]

¹ Disponível em:

<http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/index.aspx?ID_OBJETO=119388&tipo=ob&cp=BF0000&cb=&n1=&n2=M%C3%B3dulos%20Did%C3%A1ticos&n3=Ensino%20M%C3%A9dio&n4=Filosofia&b=s> Acesso em: 03 jan. 2018 (adaptado).

Estudo de texto

Vimos que a ética diz respeito ao que depende das ações humanas, ou seja, ao que pode acontecer ou não dependendo das escolhas que são feitas. Mas o que pode ser objeto de escolha? Sobre isto, leia o que Aristóteles escreveu em sua obra *Ética a Nicômaco*:

“Mas delibera-se acerca de toda coisa, e toda coisa é assunto de possível deliberação, ou esta é impossível a respeito de algumas? É de presumir que devamos chamar objeto de deliberação não aquilo que um néscio ou um louco deliberaria, mas aquilo sobre que pode deliberar um homem sensato. Ora, sobre coisas eternas ninguém delibera: por exemplo, sobre o universo material ou sobre a incomensurabilidade da diagonal com o lado do quadrado. E tampouco deliberamos sobre as coisas que envolvem movimento, mas sempre acontecem do mesmo modo (...) como os solstícios e o nascimento das estrelas; nem a respeito de coisas que acontecem ora de um modo, ora de outro, como as secas e as chuvas; nem sobre acontecimentos fortuitos, como a descoberta de um tesouro. E nem sequer deliberamos sobre todos os assuntos humanos: por exemplo, nenhum espartano delibera sobre a melhor constituição para os citas. Com efeito, nenhuma dessas coisas pode realizar-se pelos nossos esforços.

Deliberamos sobre as coisas que estão ao nosso alcance e podem ser realizadas; e essas são, efetivamente, as que restam. Porque como causas admitimos a natureza, a necessidade, o acaso, e também a razão e tudo o que depende do homem. [...]

Sendo, pois, o objeto de escolha uma coisa que está ao nosso alcance e que é desejada após deliberação, a escolha é um desejo deliberado de coisas que estão ao nosso alcance; porque, após decidir em resultado de uma deliberação, desejamos de acordo com o que deliberamos.”

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Livro III, cap. 3. Trad. de Leonel Vallandro e Gerd Borheim. São Paulo: Abril Cultural, 1973 (fragmento).

Questões de compreensão:

1. IDENTIFIQUE, no texto acima, alguns exemplos de coisas sobre as quais não deliberamos.
2. Aristóteles afirma: “Deliberamos sobre as coisas que estão ao nosso alcance e podem ser realizadas”. PROPONHA alguns exemplos de coisas que podem ser objeto de escolha.

Ação e responsabilidade

Uma das teses mais aceitas em ética é que só somos responsáveis por aquelas ações que são fruto de nossa deliberação ou escolha, e, como vimos acima, só podemos deliberar ou escolher coisas que estão ao nosso alcance. Acontece que “o que está ao nosso alcance” muda com o passar do tempo. Da época de Aristóteles até os nossos dias, mais e mais coisas estão sob nosso poder. Por exemplo, hoje podemos modificar os processos naturais de reprodução (há a inseminação artificial e a clonagem, por exemplo) e podemos até mesmo alterar o ciclo das estações (é só lembrar o que está acontecendo no planeta com o efeito estufa). É certo que não temos o poder de alterar as leis da natureza (como a lei da gravitação), mas, com o avanço das tecnologias, muitas coisas que pareciam estar para além da possibilidade da ação e da escolha do ser humano, hoje estão sob seu controle.

Sobre este assunto, leia o texto abaixo:

“Naquela época [os tempos antigos] o homem, confrontado com os elementos, continua pequeno [...]. Todas as liberdades que ele se permite com os habitantes da terra, do mar e do ar deixam inalterada a natureza abrangente desses domínios e não prejudicam as forças geradoras. Elas não sofrem dano real quando, de suas grandes extensões, ele recorta o seu pequeno reino. Elas perduram, enquanto os empreendimentos humanos percorrem efêmeros trajetos. Ainda que ele atormente ano após ano a terra com o arado, ela é perene e incansável (...). Igualmente perene é o mar. Nenhum saque das suas criaturas vivas pode esgotar-lhe a fertilidade, os navios que o cruzam não o danificam, e o lançamento de rejeitos não é capaz de contaminar suas profundezas. E, não importa para quantas doenças o homem ache cura, a mortalidade não se dobra à sua astúcia. [...] Tudo isso modificou-se decisivamente. [...] Tome-se, por exemplo, como grande alteração ao quadro herdado, a crítica vulnerabilidade da natureza provocada pela intervenção técnica do homem – uma vulnerabilidade que jamais fora pressentida antes de

que ela se desse a conhecer pelos danos já produzidos. [...] Por meio de seus efeitos, ela nos revela que a natureza da ação humana foi modificada *de facto*, e que um objeto de ordem inteiramente nova, nada menos que a biosfera inteira do planeta, acresceu-se àquilo pelo qual temos que ser responsáveis, pois sobre ela detemos poder.”

JONAS, Hans. *O princípio de responsabilidade*. Tradução de Marijane Lisboa e Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Editora PUC-RIO, Contraponto, 2006 (fragmento).

Para pensar

A partir da leitura do texto acima, ARGUMENTE a favor da afirmação abaixo, ou **contra** ela:

“Nos dias de hoje, os seres humanos têm maior responsabilidade do que tinham na antiguidade”.

“Eticalismos”²

A ética, ou filosofia moral, costuma ser dividida em três grandes áreas. Em um nível mais amplo, a **metaética** investiga a fonte ou base da moralidade, incluindo questões como saber se sua natureza é essencialmente objetiva ou subjetiva. A **ética normativa** foca os padrões éticos (ou normas éticas) nos quais a conduta moral se baseia; o utilitarismo, por exemplo, é um sistema normativo baseado no padrão de “utilidade”. Por fim, nível mais baixo, a **ética aplicada** aplica a teoria filosófica a assuntos práticos como aborto, eutanásia, guerra e o modo de tratar os animais. Filósofos já assumiram várias posições em relação a todas essas questões, e delas surgiram vários “ismos”. Os mencionados a seguir são uma amostra das posições éticas mais comumente encontradas.

- ◆ Um **absolutista** – sustenta que certas ações são certas ou erradas sob quaisquer circunstâncias.
- ◆ Um **consequencialista** – afirma que as ações podem ser consideradas certas ou erradas usando como referência puramente sua efetividade em alcançar certos fins desejáveis ou certas condições. O sistema consequencialista mais conhecido é o **utilitarismo**.
- ◆ Um **deontologista** – julga certas ações intrinsecamente certas ou erradas, sem considerar suas consequências; um significado particular costuma ser vinculado às intenções de um agente e às noções de deveres e direitos. A **ética kantiana** é o mais importante sistema deontológico.
- ◆ Um **naturalista** – acredita que os conceitos éticos podem ser explicados ou simplesmente analisados quanto aos “fatos da natureza” que podem ser descobertos pela ciência, mais frequentemente os fatos sobre a psicologia humana, tais como o prazer.
- ◆ Um **não cognitivista** – sustenta que a moralidade não é uma questão de conhecimento, porque o assunto da moralidade não se ocupa absolutamente com os *fatos*; ao contrário, um julgamento moral expressa as atitudes, emoções etc. da pessoa que o faz. Exemplos de posições não cognitivas são o **emotivismo** e o **prescritivismo**.
- ◆ Um **objetivista** – sustenta que os valores e propriedades morais são parte da “móvel (ou tecido) do universo”, existindo independentemente de qualquer humano que os apreenda; as afirmações éticas não são subjetivas ou relativas e qualquer outra coisa, e podem ser verdadeiras ou falsas, se refletirem corretamente a maneira como as coisas se situam no mundo. O objetivismo afirma que os conceitos éticos são metafisicamente reais e, por conseguinte, em grande parte, coextensivos com o realismo moral.
- ◆ Um **subjetivista** – sustenta que o valor não tem seu fundamento na realidade externa, mas em nossas crenças sobre a realidade, ou em nossas reações a ela. A última posição é basicamente equivalente àquela do não cognitivismo (veja anteriormente). No primeiro caso (uma posição cognitivista), o subjetivista afirma que há fatos éticos, mas nega que estes são objetivamente verdadeiros ou falsos; um exemplo dessa forma de subjetivismo é o **relativismo**.

² DUPRÉ, Bem. *50 ideias de filosofia que você precisa conhecer*. Trad. de Rosmarie Ziegelmaier. 1. ed. São Paulo: Planeta, 2015. p. 54-5 (adaptado).